



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**



**CONTRATO Nº 02/2016**

Contrato que entre si celebram a União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe, doravante denominada **SR/DPF/SE** e a empresa **DESO** - Companhia de Saneamento de Sergipe, visando à contratação de empresa de prestação de serviços de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário, na forma abaixo:

A **UNIÃO FEDERAL**, através do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE**, órgão do **Ministério da Justiça**, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.394.494/0041-23, instalada na Av. Augusto Franco, nº 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE, CEP 49.075-100, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional, o Sr. **JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE**, brasileiro, Delegado de Polícia Federal, residente na cidade de Aracaju/SE, com competência para assinar contratos, nos termos do art. 28, inciso XXVIII, do Regimento Interno do DPF, e considerando o que determina a Portaria nº 1545-DG/DPF, de 02/12/2009, publicada no Diário Oficial da União de 03/12/2009, Seção 2, página 39, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.018.171/0001-90, situada na Rua Campo do Brito, nº 331, Bairro 13 de Julho, Aracaju/SE, CEP 49.020-380, aqui denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. **CARLOS FERNANDES DE MELO NETO**, portador do CPF nº 661.828.835-53, que nos termos da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, firmam o presente Contrato, resultante do processo de Inexigibilidade de Licitação 02/2016, registrado sob o protocolo nº 08520.017300/2015-55, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:


**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços, pela Contratada, de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário à Contratante, existente na área de abrangência da DESO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

Integram o presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, para todos os fins de direito, os seguintes documentos, os quais as partes Contratantes declaram ter pleno conhecimento:

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016;  
LEI Nº 8.666/93 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR;  
REGULAMENTO DE SERVIÇOS DA DESO.

  
André Luis Pereira Oliveira  
Advogado Deso - ASJU  
OAB/SE n.º 4.274





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I – Pagar mensalmente pelo consumo de água e esgoto devidamente utilizado pela SR/DPF/SE;

II – Consentir, a qualquer tempo, que representantes da DESO, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações hidráulicas de sua propriedade e fornecer os dados e informações que solicitarem sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações que estejam ligados à rede hidráulica;

III – Responsabilizar-se pela boa guarda dos equipamentos de medição e seus acessórios, não podendo intervir nem deixar que outros intervenham no seu funcionamento, a não ser representantes da DESO, devidamente credenciados, sob pena de ficar sujeita a penalidades da legislação em vigor, pela violação ou inutilização dos mesmos;

IV – Observar a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e o Regulamento de Serviços da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I – Prestar os serviços objeto deste Contrato à SR/DPF/SE, com sede na Avenida Augusto Franco, nº 2260, Siqueira Campos, Aracaju/SE, e nos demais locais sob sua Administração, sendo área de abrangência da DESO;

II – Adotar medidas preventivas para que a ocorrência de interrupções, variações e/ou perturbações, sejam as mínimas possíveis;

III – Comunicar à Contratante, diretamente ou através da imprensa, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, quando tiver que interromper o fornecimento de água para executar conserto ou melhoramentos programados em seus sistemas elétricos ou para executar manutenção preventiva;

IV – Agir o mais rápido possível, em caso de interrupção do serviço em situação de urgência, para o pronto restabelecimento do mesmo, até o máximo de 48 (quarenta e oito) horas de prazo para a solução do problema, contado da interrupção do serviço;

V – Excepcionalmente, em caso de interrupções acima do prazo estabelecido no inciso anterior, deverá formalizar comunicação à Contratante, informando as causas dos problemas ocorridos, bem como as providências que estão sendo tomadas e o prazo para o restabelecimento do fornecimento;

VI – Os prejuízos reclamados pela Contratante, atribuíveis a interrupções, variações e/ou perturbações do fornecimento de água, serão indenizados pela DESO, desde que comprovada a responsabilidade desta. São excludentes da responsabilidade da DESO, as interrupções,

*André Luis Pereira Oliveira*  
Advogado Deso - ASJ/J  
OAB/SE n.º 4.274





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

variações e/ou perturbações dentro dos limites estabelecidos pelo poder concedente, bem como aqueles atribuíveis à Contratante, a casos fortuitos e de força maior;

VII – Observar durante a vigência do Contrato, os dispositivos constantes da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e cumprir as Normas do seu Regulamento de Serviços e demais normas regulamentares.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O Contrato terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura, baseado na Orientação Normativa nº 36 da AGU, de 13 de dezembro de 2011 (alterada pela Portaria AGU Nº 124, de 25 de abril de 2014).

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

I - A Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento dos serviços descritos na cláusula primeira a importância estimada anual de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais), em doze parcelas mensais, estimadas em **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais);

II – O valor mensal estimado no inciso anterior será apurado em razão do consumo e da demanda de água consumida pela SR/DPF/SE, na área de abrangência da DESO, conforme Quadro Tarifário da Contratada, ressaltando que as medições/leituras realizadas pela empresa deverão, preferencialmente, ser presenciadas e acompanhadas pelo Fiscal do Contrato ou substituto, ou ainda por servidor designado pelo SELOG;

III - O pagamento será efetuado mensalmente à empresa Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, podendo a SR/DPF/SE descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa Contratada;

IV – O pagamento da prestação dos serviços será efetuado por meio de ordem bancária, mediante a apresentação da fatura e dentro do prazo nela estabelecido, devidamente atestada pelo setor responsável da Contratante;

V – Havendo erro na fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

VI – Havendo atraso de pagamento das faturas emitidas pela contratada, será cobrada multa de mora no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor total da fatura em atraso, e correção monetária pela variação do IPC/FIP e juros mensais de 1% (um por cento).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO**

O reajuste ocorrerá anualmente, quando majoradas as tarifas da Contratada conforme Quadro Tarifário.

*André Luis Pereira Oliveira*  
Advogado Deso - ASJU  
OAB/SE nº 4.274





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

III - judicial, nos termos da legislação.

**CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão pela Administração, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com as consequências contratuais e as previstas em lei, nos casos e formas previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, estipuladas as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidentes sobre o valor do contrato, até o 30º (trigésimo) dia;

III – Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidentes sobre o valor do contrato, após o 30º (trigésimo) dia;

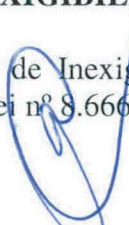
IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com execução do presente contrato correrão a cargo da Contratante à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2016 e seguintes, a cargo do elemento de despesa **3390.39, Programa de Trabalho 06181207027260001, PI 702-16.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

O Contrato é firmado decorrente do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2/2016, consoante o que estabelece o art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

  
André Luis Pereira Oliveira  
Advogado Deso - ASJU  
OAB/SE nº 4.271



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

I - O fornecimento de água objeto deste contrato obedecerá às disposições da legislação em vigor, bem como dos instrumentos que venham a ser fixados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

I – As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Aracaju, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II - E, por estarem assim, justas e de acordo, assinam as partes, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim, este instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo.

Aracaju/SE, 01 de janeiro de 2016.

**CONTRATANTE:**

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE  
Superintendente Regional  
*Sidney de Oliveira Almeida*  
Delegado de Polícia Federal  
SUPERINTENDENTE REGIONAL  
EM EXERCÍCIO

**CONTRATADA:**

  
\_\_\_\_\_  
CARLOS FERNANDES DE MELO NETO  
Diretor Presidente

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
CPF:

*Fábio Oliveira Nunes*  
Fábio Oliveira Nunes  
Agente Administrativo  
Matrícula: 19.260  
Departamento de Polícia Federal  
696513535-20

Nome:  
CPF:

*André Luis Pereira Oliveira*  
André Luis Pereira Oliveira  
Advogado Deso - ASJU  
OAB/SE n.º 4.274